

Pacto da corrupção

WALTER PINHEIRO

A idéia de que o espaço obtido pelos escândalos de corrupção nos meios de comunicação se deve à liberdade de imprensa e ao combate à corrupção, cujos índices estariam em declínio, poderia ser válida no imediato pós-ditadura. Hoje ela não se sustenta. Sem absolutizar o IPC — Índice de Percepção da Corrupção — utilizado pela Transparência Internacional, inclusive porque esse tipo de pesquisa ainda é recente e provavelmente o índice construído ainda não deu conta de abarcar toda a cambiante realidade da corrupção, vale lembrar que o Brasil ocupa lugar de destaque no ranking da corrupção.

Em verdade, os fatos recentes vêm demonstrando o quanto é limitado o aparelho investigativo destinado a combater a corrupção. O governo está montado sobre um pacto da corrupção. Caciques só caem quando ocorre algum abalo neste pacto de poder. A CPI do Judiciário, concebida por ACM como instrumento de ampliação de seu espaço na aliança governista, deu como resultado a queda de Luiz Estevão e do juiz Nicolau dos Santos Neto. Sem esta CPI os dois continuariam impunes. Também o episódio da violação do sigilo do painel do Senado, que resultou na renúncia de ACM e de Arruda, está inscrito neste abalo do pacto da corrupção.

O caso Jader Barbalho é exemplar. As investigações contra esse senador estavam perfeitamente bloqueadas e até desaparecidas nas gavetas dos órgãos competentes. Só voltaram à tona em fun-

ção da disputa política entre Jader Barbalho e ACM. Foi portanto mais um abalo político entre grandes caciques que produziu revelações, valendo lembrar que Jader Barbalho, hoje sob intenso bombardeio, está longe de ser um cacique atípico da base governista. Muitos outros têm práticas semelhantes às atribuídas a ele.

Por outro lado, é notável a capacidade do Planalto de evitar abalos no pacto da corrupção. Ao longo do período, FH foi capaz de manter sua base unida para adiar por longos períodos investigações importantes como de Sivam, Banespa, Proer e compra de votos. Tem sido também capaz de proteger figuras do alto escalão, como EJ Caldas, amigo do juiz Nicolau; Ricardo Sérgio, ex-diretor do Banco do Brasil, muito ativo na privatização do sistema Telebrás; e mesmo Pedro Malan, que estava na mesma sala em que se operou o socorro bilionário ao Banco Marka, mas nada viu.

Por último, mas não menos importante, percebe-se que a pressão das elites contra o Ministério Público não se dá apenas nos corredores da Justiça, mas também no processo legislativo. Volta e meia o Planalto faz uma tentativa de intimidar os procuradores, enviando ao Congresso propostas de mordaca que, se aprovadas, atingiriam também a imprensa. Tudo isto mostra que a batalha contra a corrupção está longe de ser ganha. A votação do chamado pacote ético será apenas mais um lance desta batalha longa e necessária.

WALTER PINHEIRO é líder do PT na Câmara dos Deputados.